



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

Conta de luz chega a subir até 85% em um ano

A inflação de março foi a maior em 12 anos em razão de um aumento de 22% nas tarifas da energia elétrica. O aumento nas tarifas de energia elétrica nos últimos 12 meses chega a 85% em Curitiba e 72% em São Paulo, com média de 59,9% nas 13 áreas metropolitanas monitoradas pelo IBGE. A menor alta é em Salvador: 36%. E a conta ainda pode continuar aumentando. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs um aumento de 15,16% a partir do dia 4 de julho, o que será a quarta

revisão tarifária da companhia Eletropaulo. A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) entrou na Justiça contra a cobrança de um dos encargos embutidos na conta de luz, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). De acordo com relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) do final de abril, as dificuldades vividas pelo setor elétrico nos últimos anos possuem estreita relação com deficiências da atuação governamental no setor. O TCU nota que a Medida Provisória 579, que antecipou a renovação das concessões de energia elétrica em geração e transmissão, não teve os efeitos esperados e permitiu apenas uma redução inicial e provisória dos preços de energia. (08.05.2015 – Baseado em Exame)

PAINEL

ANP abre Audiência Pública sobre revenda varejista e distribuição de GLP

A ANP abriu Audiência Pública que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista e de distribuição de GLP e a sua regulamentação. A Audiência Pública ocorrerá no dia 23 de junho de 2015.

Saiba mais: www.anp.gov.br



Governo Federal quer fatiar a venda de distribuidoras de energia

O Governo Federal planeja fatiar, em até quatro etapas, a privatização das distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. O processo de venda deve começar pela estatal goiana Celg. A privatização vai ganhar velocidade assim que o Governo renovar as concessões das distribuidoras. Os contratos vigentes expiram em julho e serão prorrogados, mas falta definir os valores dos planos quinquenais de investimento, com os quais as empresas terão que se comprometer para modernizar suas redes e obter extensão da concessão. Só assim será possível estabelecer o preço mínimo de venda dos ativos. Em uma segunda fase, o Governo pretende privatizar as distribuidoras que atuam em localidades já conectadas ao sistema interligado nacional: as antigas Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas), Eletroacre (Acre) e Ceron (Rondônia). Por último, ficará a CERR, de Roraima, última unidade da Federação sem ligação ao sistema interligado, devido a atrasos na construção da linha Manaus-Boa Vista, que não teve aval da Fundação Nacional do Índio (Funai). No início do ano passado, um estudo do Banco Santander encomendado pela Eletrobras avaliou em R\$ 1 bilhão a R\$ 1,2 bilhão o valor de mercado de seis distribuidoras da estatal - a Celg não entrou no cálculo, pois não havia sido incorporada. O estudo também apontava a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões para adequá-las ao nível de qualidade exigido atualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será acionado pela Eletrobras para fazer uma avaliação final dos ativos e do valor de mercado das empresas. Depende disso, essencialmente, a definição da fatia acionária que será vendida em cada uma ou em todas as

PAINEL

ANP abre Audiência Pública sobre gasodutos e capacidade de transporte de gás natural

A ANP abriu Audiência Pública que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de Resolução para substituir as Resoluções ANP n.º 27/2005 e 28/2005, referentes ao acesso aos gasodutos de transporte e à cessão de capacidade de transporte, além de regular a troca operacional de gás natural. A Audiência Pública ocorrerá no dia 19 de junho de 2015.

Saiba mais: www.anp.gov.br

distribuidoras. É certo, porém, que a estatal vai se desfazer do controle e colocará pelo menos 51% em oferta para o mercado. O fatiamento da venda, no entanto, dificulta as possibilidades de crescimento de grupos que vinham incorporando gradualmente distribuidoras às suas carteiras. Para a Eletrobras, segundo fontes, o maior interesse não é arrecadar dinheiro, mas se ver livre do passivo que essas distribuidoras representam e das obrigações de pesados investimentos nos próximos anos para recuperar os índices de qualidade. (07.05.2015 – Baseado em Valor Econômico)

Fatia da Infraero fica em até 15% nas próximas concessões de aeroportos

O Governo Federal pensa em reduzir, para 15%, a participação acionária da Infraero nas próximas concessões de aeroportos. Esse percentual garante voz ativa à Estatal nos conselhos de administração das futuras concessionárias e alivia, em um momento de restrições fiscais, o peso dos aportes que ela precisará fazer para dividir os investimentos com a iniciativa privada. A decisão ainda não foi tomada pela Presidente Dilma Rousseff e ainda estuda-se a hipótese de preservar uma fatia ainda menor. Nos cinco aeroportos privatizados desde 2012, a Infraero ficou com 49%. O Tribunal de Contas da União

(TCU), apesar de ter aprovado o modelo com essa divisão societária na análise que fez das duas rodadas de leilões, sempre criticou o peso da estatal nas concessionárias privadas e recomendou mudanças ao Governo. Apesar da insistência da Presidente Dilma Rousseff para a inclusão de mais um aeroporto neste programa de concessão, o Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, voltou a defender que sejam oferecidos apenas três aeroportos no próximo leilão. Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA) já têm presença garantida no certame. (07.05.2015 – Baseado em Valor Econômico)

BNDES vai reduzir oferta de crédito e elevar juros

Como parte da decisão do Governo Federal de reduzir a oferta de crédito subsidiado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) limitará a 50% sua participação nos financiamentos de novas concessões. Hoje, o Banco financia até 70%. Além disso, a partir de agora o acesso a recursos com taxas subsidiadas será bem mais restrito. Como regra geral, a parcela dos empréstimos que terá como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), bem inferior às cobradas pelo mercado, será de apenas 25% do total financiado. Os outros 25% financiados pelo BNDES terão taxas de

mercado. O percentual de crédito com TJLP poderá subir para 50% caso a empresa concorde em emitir debêntures associadas ao financiamento. Essa foi a forma encontrada pelo Governo para reduzir a participação do BNDES nas operações de crédito e, ao mesmo tempo, estimular o mercado de capitais. Os percentuais de participação do BNDES poderão ser alterados no caso de projetos que o Governo considere “estratégicos”. Setores em que as concessões estão consolidadas e os modelos já foram testados, casos de rodovias e aeroportos, terão cada vez menos aportes do BNDES. No caso de ferrovias, onde o Governo quer licitar trechos que ainda não existem, a modelagem deverá contemplar maior participação da TJLP nos créditos. (08.05.2015 – Baseado em O Estado de São Paulo)

Brasil negocia hidrelétrica binacional com a Bolívia

Brasil e Bolívia devem dar o pontapé inicial para a construção de uma usina hidrelétrica binacional no lado boliviano do rio Madeira. A usina, segundo fontes do Setor, terá aproximadamente 3.000 MW de capacidade instalada, com custo estimado em R\$ 15 bilhões. Caso se confirme o cronograma pensado por autoridades brasileiras e bolivianas, a usina deve entrar em operação ao redor de 2022. O Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, deve assinar um memorando de entendimentos com o Governo boliviano para dar início aos estudos de viabilidade técnica e ambiental da nova usina. Eduardo Braga afirmou que o empreendimento tem um sentido estratégico muito grande para o Brasil, pois faz com que possamos otimizar ainda mais as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio e ainda regularizar o ritmo hídrico do rio Madeira de forma mais eficiente, e assim contribuir com a economia tanto do lado boliviano como do lado brasileiro. A hidrelétrica binacional deve fazer parte de um acordo de cooperação energética que está sendo negociado entre La Paz e Brasília. O acordo pode incluir também a construção de termelétricas na fronteira e linhas de transmissão que permitam ao país vizinho exportar energia ao Brasil. A intenção do lado boliviano é que todas as novas usinas somem 7.500 MW de capacidade instalada o que equivale a metade de Itaipu. A finalidade desses projetos é a exportação de energia para o Brasil, uma vez que a Bolívia tem uma demanda máxima de 1.280 MW. (24.04.2015 – Baseado em Exame)

Pacote de privatizações deve incluir mais rodovias

O Governo Federal pretende incluir mais um lote de rodovias no novo programa de concessões que está sendo finalizado pelos ministros da área econômica, com regras mais flexíveis para atrair investidores. O objetivo é oferecer condições para empresas de médio e pequeno porte entrarem na disputa. Uma das possibilidades é elevar de cinco anos para dez anos o prazo para que os concessionários façam a duplicação das estradas. A lista dos novos trechos ainda é mantida em sigilo, mas, segundo fontes que acompanham as discussões, serão incluídas nas próximas rodadas de leilões vias secundárias, alimentadoras das grandes vias e que têm potencial para destravar o escoamento de grãos a partir do Centro-Oeste. Segundo um interlocutor do Planalto, a Presidente Dilma Rousseff tem pressa em repassar alguns trechos de rodovias ao setor privado para “liberar” o Tesouro Nacional, que não tem recursos para fazer os investimentos na manutenção das vias. (28.04.2015 – Baseado em O Globo)

BNDES só financiará até 50% de concessões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) limitará a 50% a sua participação nos financiamentos do pacote de concessões que o Governo Federal pretende lançar. Além disso, o acesso a recursos com taxas subsidiadas será bem mais restrito. Como regra geral, a parcela de empréstimos que terá como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) será de no máximo 25%. Este percentual poderá aumentar até alcançar o teto de 50% do financiamento se vier acompanhado da emissão de debêntures. Caso os vencedores dos leilões decidam não emitir as debêntures, os valores que excederem 25% do projeto terão taxas de mercado, respeitando o teto de metade do valor do projeto. (08.05.2015 – Baseado em Valor Econômico)

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2019

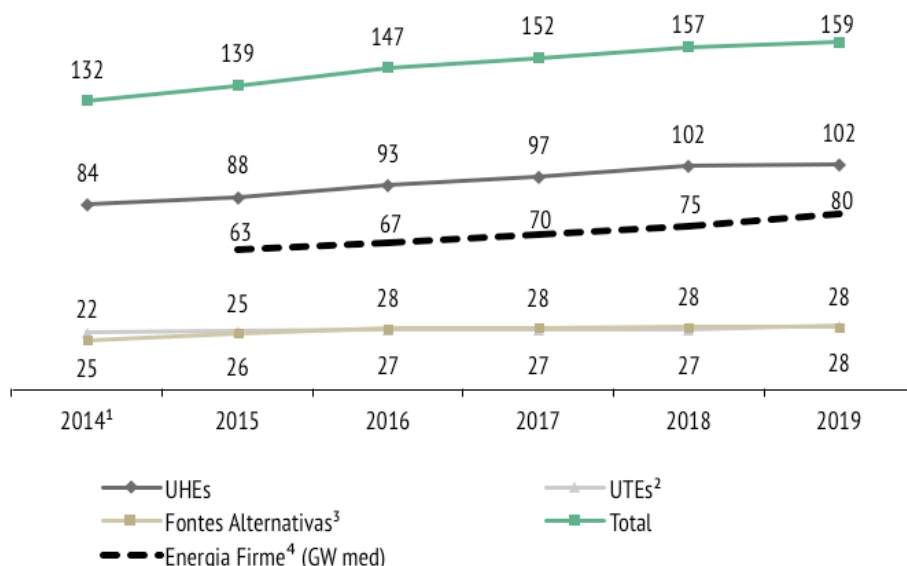
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.957	5.338	3.986	4.775	611	17.666
Otimista	2.957	5.345	3.986	4.775	611	17.674
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	455	437	350	0	1.480	2.722
Otimista	455	437	540	411	1.480	3.322
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.253	2.248	308	104	0	4.913
Otimista	2.529	5.160	2.662	2.841	209	13.401
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	5.665	8.023	4.644	4.879	2.091	25.301
Otimista	5.941	10.942	7.188	8.027	2.300	34.397

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,4 mil MW no período 2015-2019. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

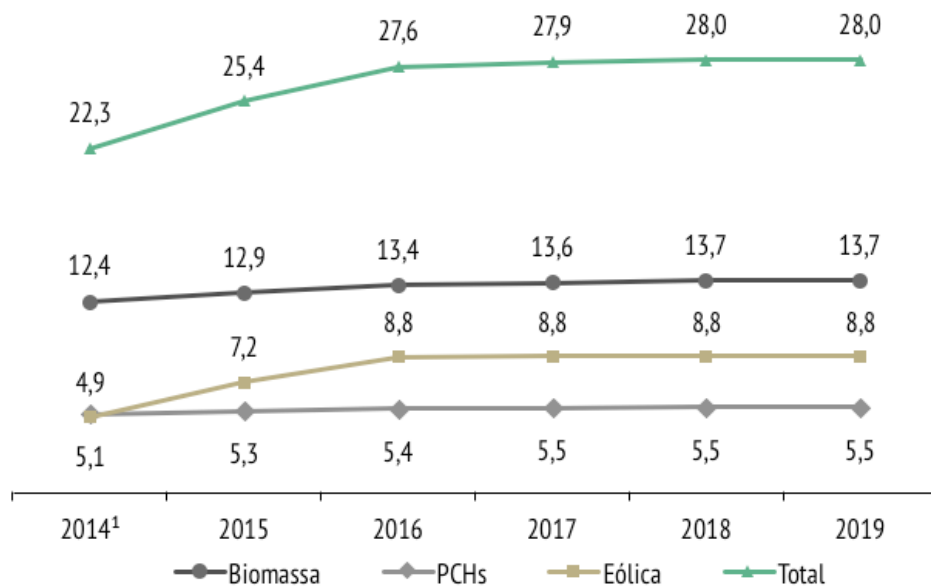


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2015).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.^{*}

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2015, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,5% e queda de 1,2%.

Entre 2014 e 2019, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 12% no mesmo período. Em dezembro de 2014, a participação das UHEs foi de 64% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2019. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 19% em 2014 para 18% em 2019.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2019. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2019, passará de 4% para 6%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 17,7 mil MW de UHEs até 2019, e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, cerca de 100% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,3 mil MW até 2019. Cerca de 82% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 398 MW de potência adicional até 2019. Já no cenário otimista, até 2019, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2019. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,6 mil MW, apenas 34% da potência (3,2 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2019.

A fonte solar de energia é a mais abundante e relativamente menos aproveitada. Contudo, o uso da energia solar, considerada limpa e cada dia mais eficiente, protagoniza o esforço mundial para mitigar a emissão de gases causadores do efeito estufa na atmosfera. Malgrado os diversos percalços que obstam a plena expansão desse filão energético, buscam-se mundo a fora novas aplicações que possam tornar o uso da energia solar ainda mais prático e comercialmente atrativo.

Tal é o caso da utilização de reservatórios hidráulicos como locais para instalação de painéis solares flutuantes. Essa iniciativa é oportuna, vez que a geração solar de energia se depara com dois problemas de monta: o custo do material de silício que converte a luz solar em eletricidade e as áreas requeridas para as fazendas solares.

Via de regra, os reservatórios utilizados para esse fim não são reservas naturais, recursos turísticos ou o mar. São represas usadas para outros fins, como a geração hidrelétrica. Além de poupar espaço, os painéis flutuantes demandam menos estruturas de aço e nos locais de instalação o efeito de evaporação da água incrementa a eficiência da geração. Os painéis solares dependem da temperatura. Quanto mais aquecidos menor sua capacidade. Perdem em média 0,38% de potência por grau Celsius.

Há três grandes empresas produzindo sistemas de painéis flutuantes: Solaris (Israel), SPG Solar (Estados Unidos) e Sunengy (Australia). Quanto à implantação desses painéis, o que se vê no cenário internacional?

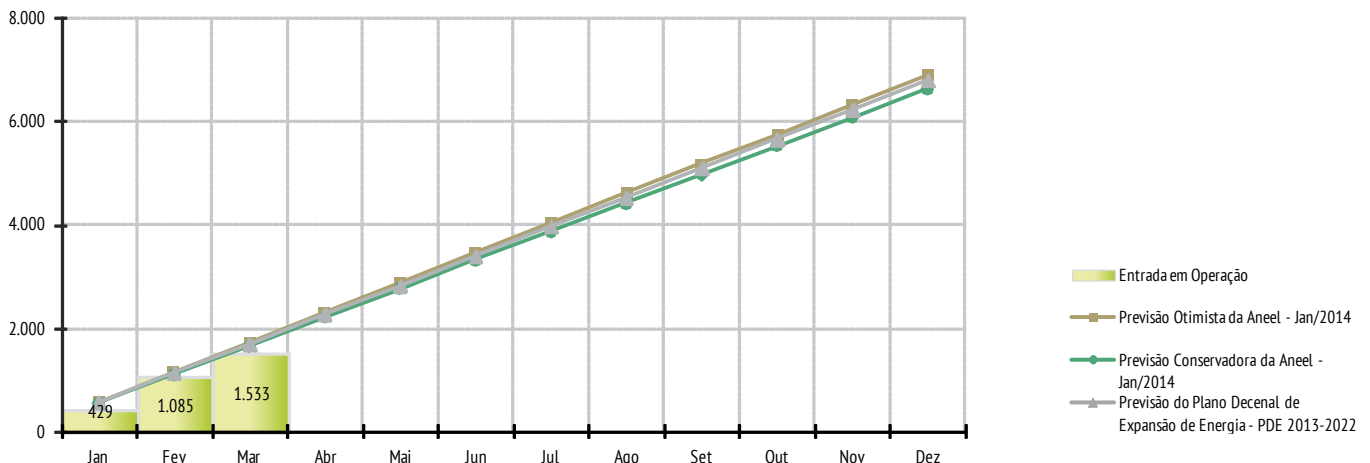
Destacam-se os aproveitamentos de Ochang com 0,5 MWp, na Coreia do Sul, Yasugi com 1,1 MWp, Okegawa com 1,2 MWp e Kato com 2,9 MWp, esse três últimos no Japão, e Jamestown com 4 MWp, na Australia. Yamakura, ainda em fase de projeto no Japão, contará com a potência de 13,4 MWp.

No Brasil, o Ministro de Minas e Energia anunciou recentemente a instalação de painéis piloto nos reservatórios de Balbina e de Sobradinho, cada um com capacidade de 5 MW. Esse poderia ser o embrião de novas instalações, dado que a simples fração de 1% da área agregada dos dez principais reservatórios brasileiros monta a 18,9 mil hectares. Ora, se a produtividade média observada internacionalmente cifra 1 MWp por hectare de ilha flutuante, haveria então o potencial de 19 mil MWp em momentos de irradiação solar da ordem de 1.000 W por metro quadrado e temperatura de 25° C. Resta abater custos para garantir o efetivo aproveitamento dessa via.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2015 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de março de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2015, até 15 de março, entraram em operação 1.533 MW. Desse total, as UHEs representaram 29% da potência total que entrou em operação totalizando 450 MW. As EOL representaram 47% totalizando 721,3 MW. As UTEs fósseis representaram 19% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs a biomassa e as PHCs constituem apenas 2% do total cada uma.

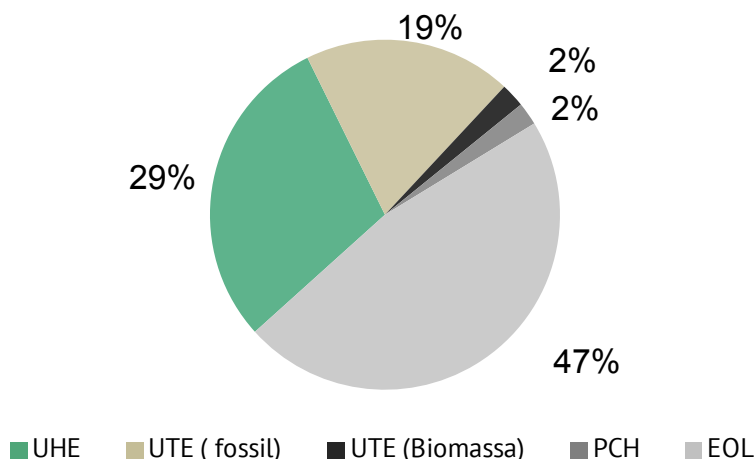
1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2015, 39.827 GWh, apresentando um valor 1% inferior ao observado em março de 2014.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.631 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de energia elétrica foi 4% inferior. O consumo industrial de energia elétrica representou 37% do total de energia elétrica consumida em março de 2015.

A queda observada no 1º trimestre de 2015 já era esperada em função do desaquecimento generalizado da indústria nacional. Todas as regiões apresentaram resultados negativos, em especial, o Nordeste (-4,8%) e o Sudeste (-4,7%). De fato, o panorama continua desfavorável, como mostra os indicadores da produção e de emprego industrial do IBGE, com retrações no 1º bimestre de, respectivamente, 7,1% e 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de março de 2015**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Março	Março	Var. %	Jan-Mar	Jan-Mar	Var. %
	2014	2015		2014	2015	
Residencial	11.269	11.148	-1	34.904	35.377	1
Industrial	15.110	14.631	-3	44.605	42.858	-4
Comercial	7.739	7.903	2	23.666	24.057	2
Outras	6.079	6.145	1	18.616	18.765	1
Total	40.197	39.827	-1	121.791	121.057	-1

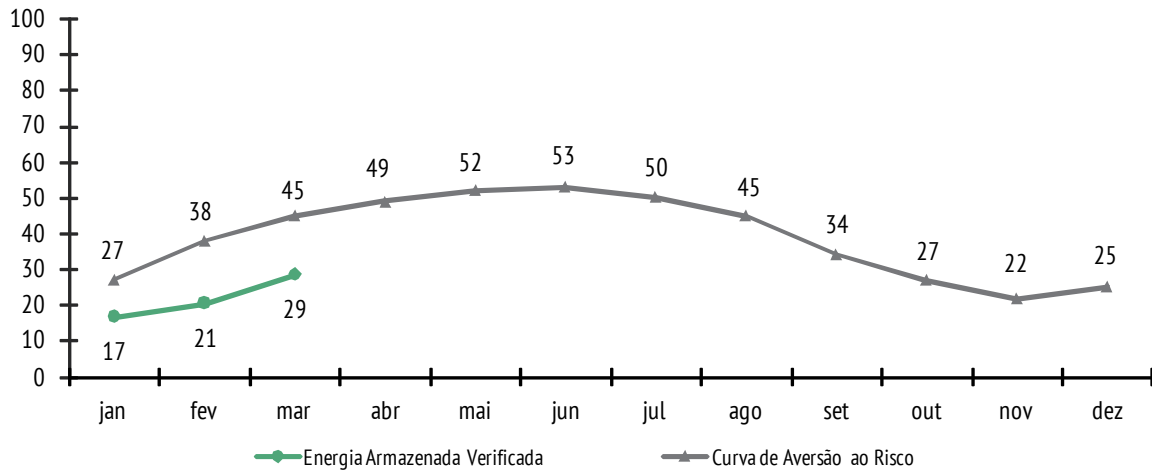
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

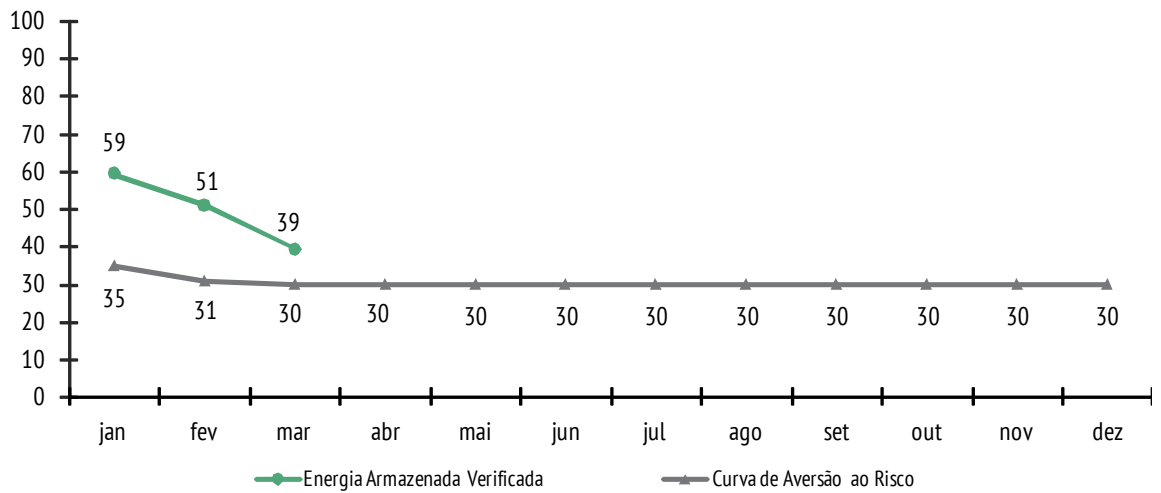
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em março de 2015, a energia armazenada permaneceu significativamente baixa nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 29%. Na Região Sul a energia armazenada caiu para 39%, na Região Nordeste houve aumento, mas se encontra abaixo da CAR (33%) e na Região Norte sobiu para 62%. As Regiões Nordeste e Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

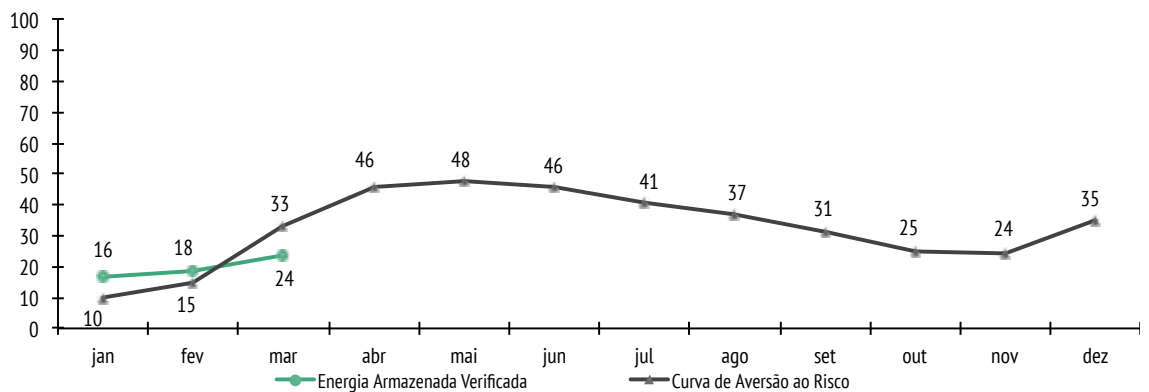
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



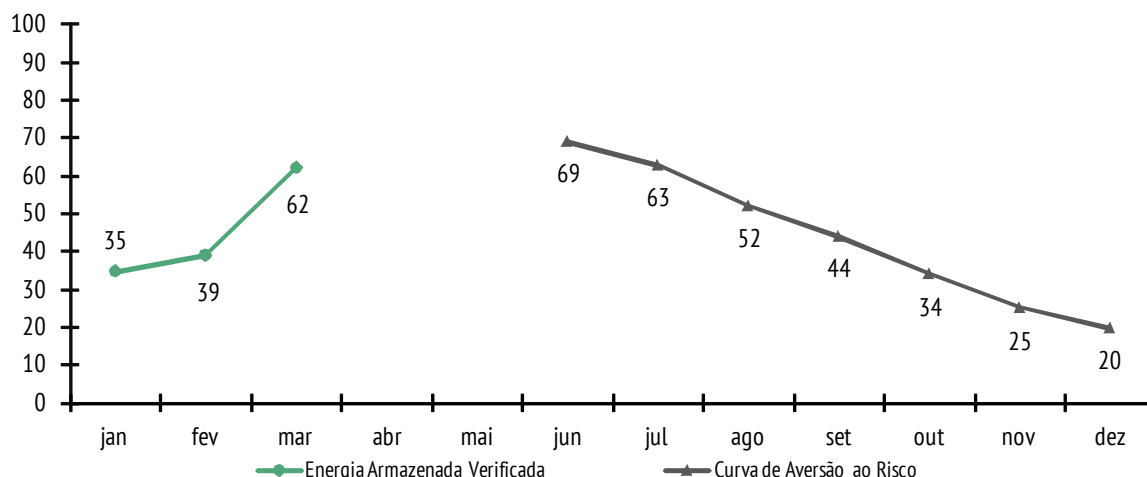
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sul (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Norte* (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão ao Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para

cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2015, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,26 e R\$ 388,48/MWh.

Na quinta semana de abril de 2015, o PLD atingiu o valor de R\$ 388,48/MWh nas Regiões Sudeste/ Centro-Oeste, Sul e Nordeste, o valor máximo para 2015. Na Região Norte o valor está entre R\$ 117,13 e R\$ 141,74.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Abril 2015 (Período: 25/04/2015 a 01/05/2015)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	388,48	388,48	388,48	141,74
Média	388,48	388,48	388,48	117,13
Leve	388,48	388,48	388,48	117,13

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de abril de 2015 apresentou um PLD entre R\$ 127,36/MWh e R\$ 388,48/MWh. Esses valores representam cerca de metade dos valores observados em abril de 2014 no mercado atacadista para as regiões Sudeste/ Centro-Oeste, Sul e Nordeste, e chegando a uma queda de 80,1% na Região Norte quando comparado ao mesmo mês no ano de 2014.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Abril	Abril	Variação (%)
	2014	2015	
Sudeste/Centro-Oeste	822,83	388,48	-52,79
Sul	822,83	388,48	-52,79
Nordeste	744,28	388,48	-47,80
Norte	640,73	127,36	-80,12

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

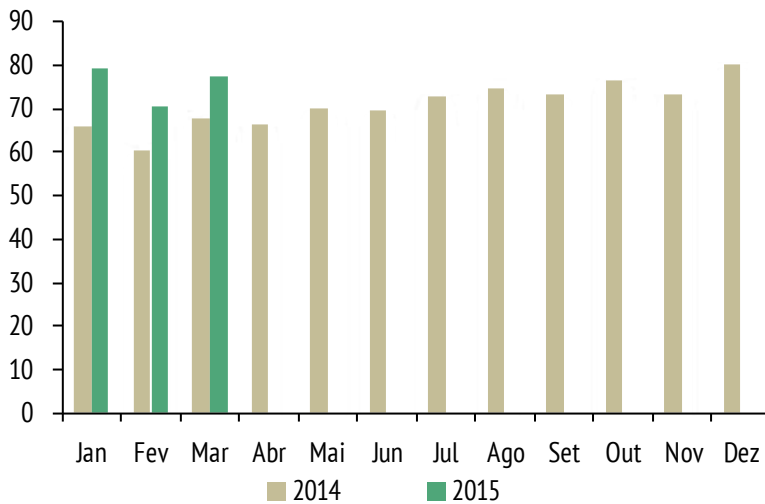
A produção nacional de petróleo, no mês de março de 2015, foi de 77 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 14% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 17% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em março de 2015 foi de aproximadamente 24,6°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo leve (maior

ou igual a 31°API), 57% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 35% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

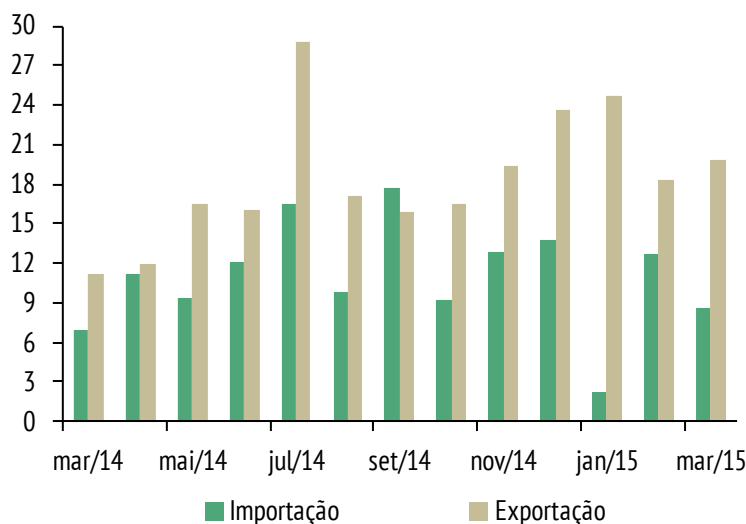
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em março de 2015, foi de 61 milhões bep. Esse volume foi 8% inferior ao observado em março de 2014. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 7% inferior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



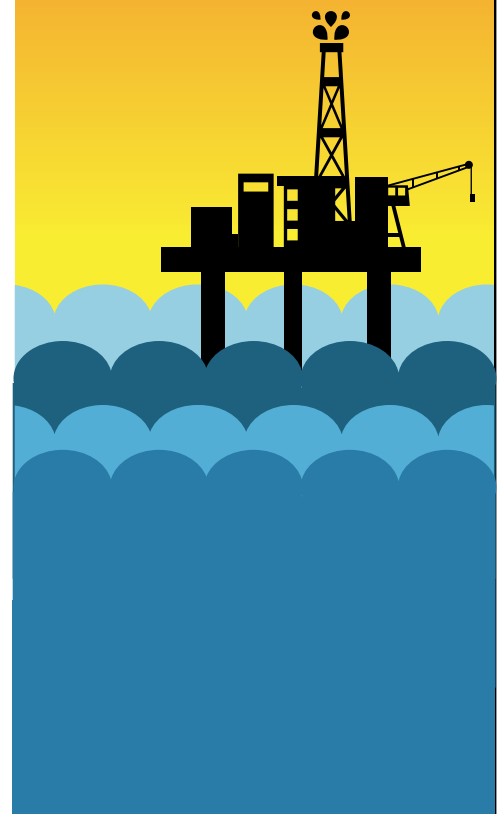
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

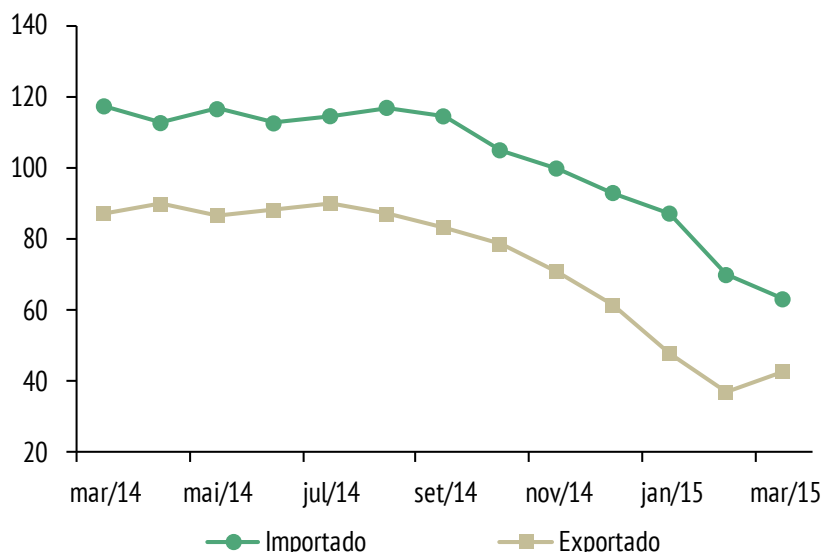


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em março de 2015, cerca de 93,3% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2015, foi de 20 milhões de bep, volume 77% superior ao exportado em março de 2014. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 88% superior ao observado no mesmo período de 2014.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em março de 2015, foi de US\$ 63,20/barril, valor 46% inferior ao observado em março de 2014.

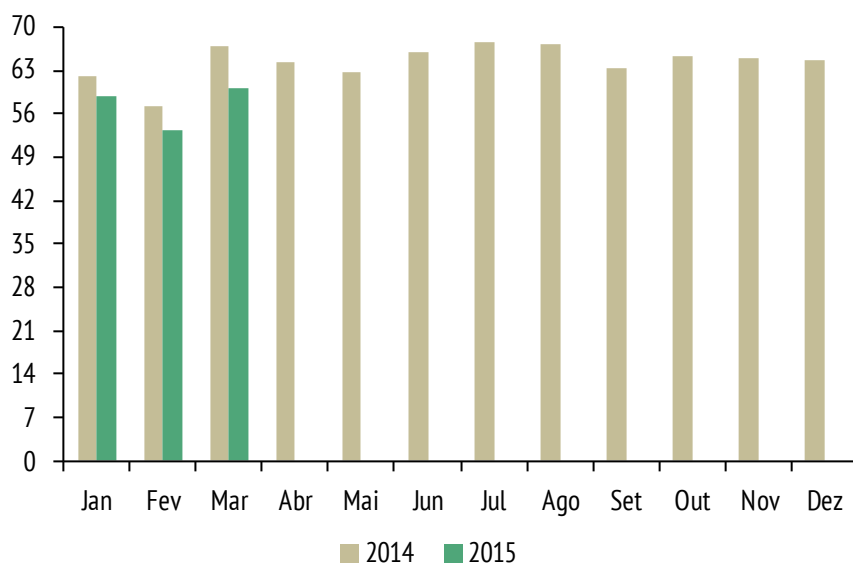
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em março de 2015, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 60 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 10% inferior ao produzido em março de 2014. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 7,5% inferior ao mesmo período do ano passado.

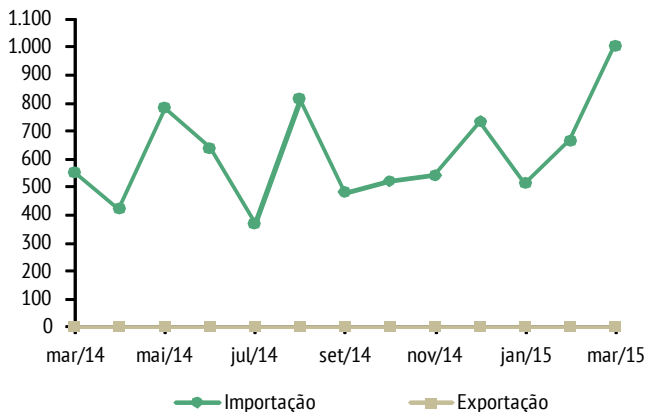
A importação de derivados de petróleo, em março de 2015, foi de 17 milhões bep, valor 43% superior ao registrado em março do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 4% superior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



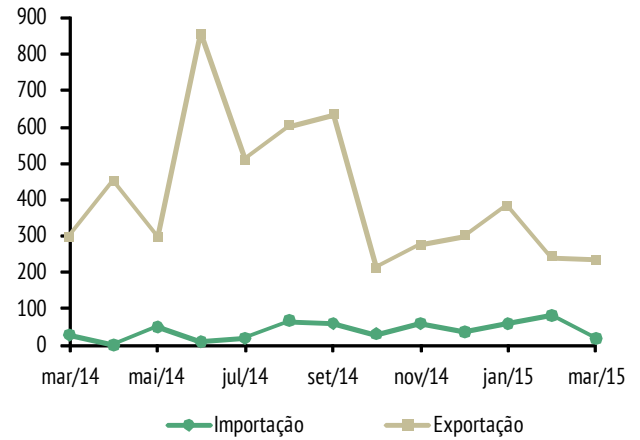
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

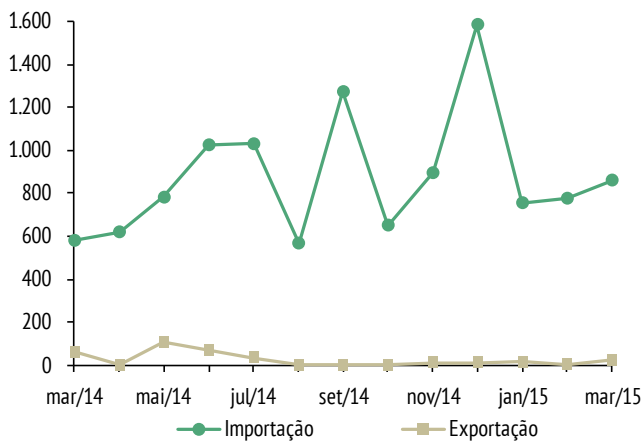
**Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

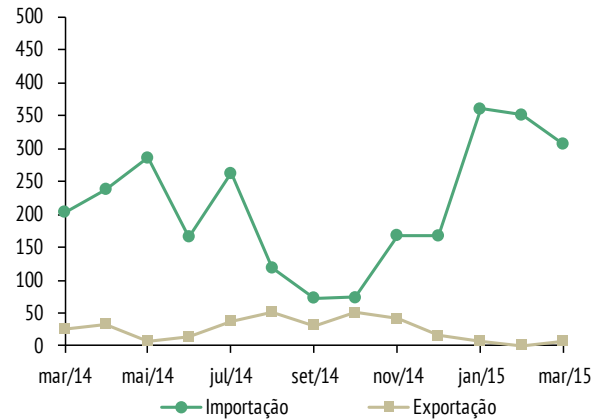
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2015, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 15% superior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, a exportação foi 11% inferior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em março de 2015, o Brasil registrou uma dependência externa de -1 % na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 1 milhão bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 77 milhões de bep. Em março de 2014, a dependência externa foi positiva em 3%. No acumulado do ano de 2015, foi observada uma dependência negativa de 6%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 9%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Março/2014	Jan-Mar/2014	Março/2015	Jan-Mar/2015
Produção de Petróleo (a)	68	194	77	227
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-4	-3	-11	-39
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	22	10	27
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	70	214	77	214
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	19	-1	-13
Dependência Externa (%)=(e)/(d)	3%	9%	-1%	-6%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2015, apresentou saldo negativo de US\$ 332 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 332 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo também havia sido negativo em US\$ 534 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 1,2 bilhão FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Março/2014	Jan-Mar/2014	Março/2015	Jan-Mar/2015
Petróleo				
Receita com exportação (a)	976	2.883	850	2.715
Dispêndio com importação (b)	809	3.524	546	1.629
Balança Comercial (c)=(a-b)	166	-641	304	1.086
Derivados				
Receita com exportação (d)	634	2.304	421	1.221
Dispêndio com importação (e)	1.335	4.915	1.057	3.509
Balança Comercial (f)=(d-e)	-700	-2.611	-636	-2.287
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.610	5.187	1.271	3.937
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.144	8.439	1.603	5.138
Balança Total (i)=(g)-(h)	-534	-3.253	-332	-1.201

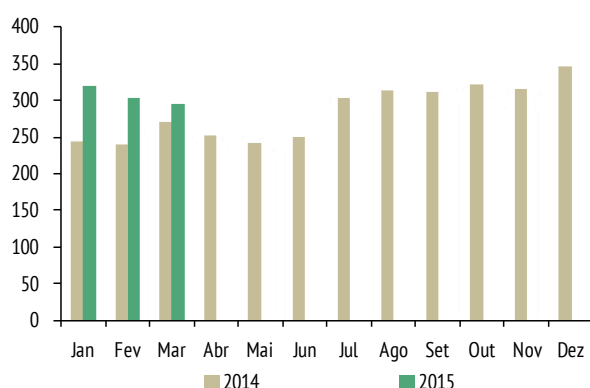
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

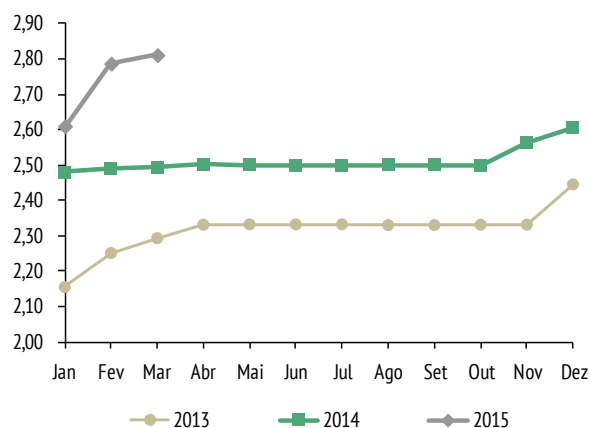
3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2015, foi de 295 mil m³, montante 8,5% superior ao produzido em março de 2014. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 21% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2015, foi de R\$ 2,81/ℓ, valor 13% superior ao observado em março de 2014.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



**Preço ao Consumidor do Diesel
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de março de 2015, 28.812 mil m³ de álcool, sendo 17.117 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 6% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado.

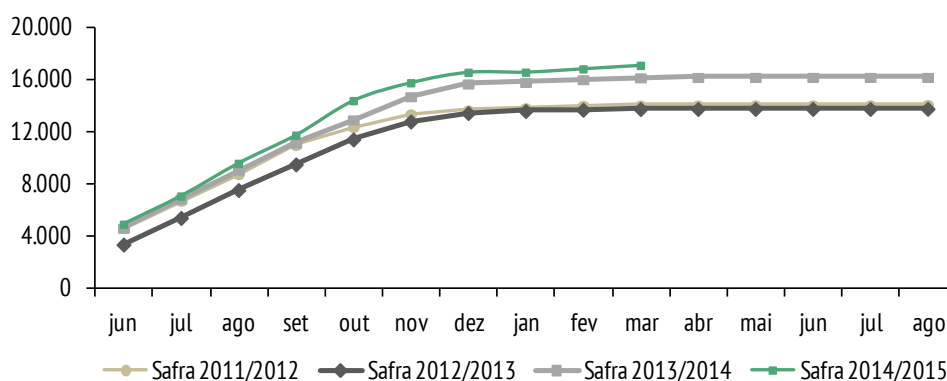
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de março de 2015, produziu-se 35,4 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de março de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de março de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.790	11.695	-1
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.156	17.117	6
Total Álcool (mil m³)	27.946	28.812	3
Açúcar (mil ton)	37.599	35.435	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

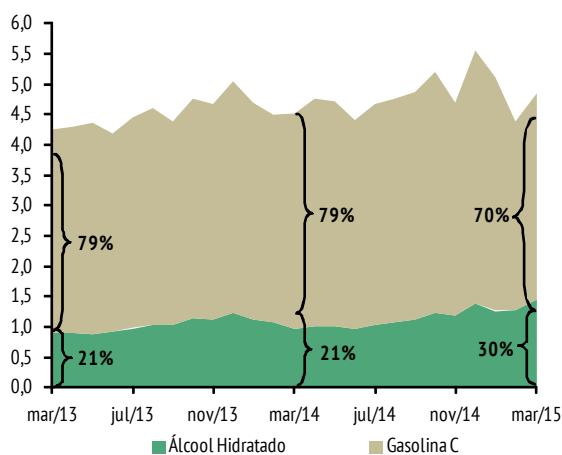
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,45 milhão m³ em março de 2015. Esse número representa um aumento de 51% em relação ao volume vendido em março do ano anterior. No acumulado do ano, as vendas apresentaram um aumento de 27%.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 30% do universo de vendas do álcool e da

gasolina em março de 2015. Essa participação foi 9 pontos percentuais superior ao observado em março de 2014.

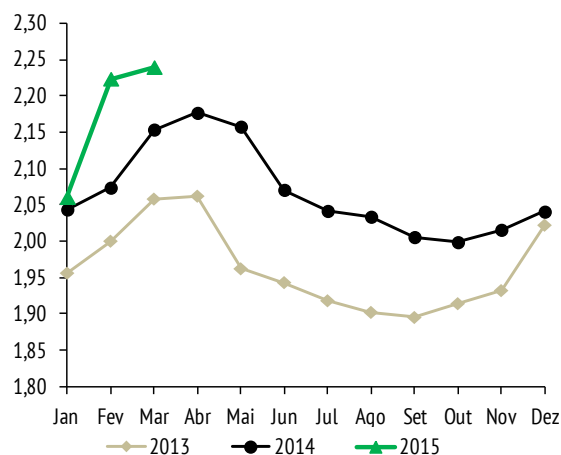
Em março de 2015, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,24/ℓ, valor 4% superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



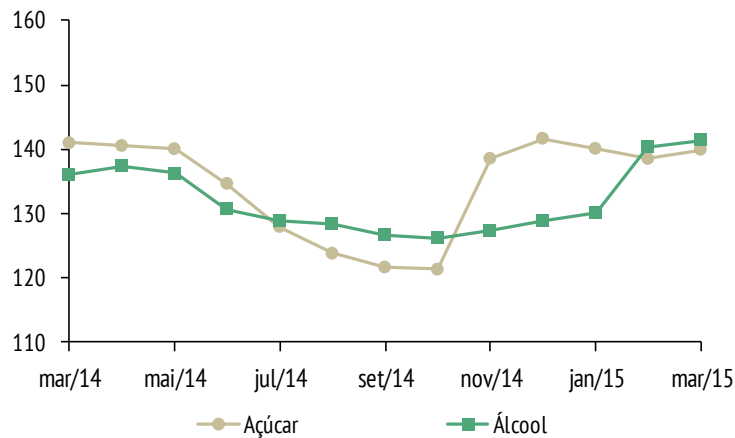
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados sobre produção de biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis. A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2015, foi de 95 milhões m³, representando um aumento de 15% comparado à média verificada em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a média foi 17% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em fevereiro de 2015, foi de 63 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 123 milhões m³/dia. Este montante é 33% superior ao observado em fevereiro de 2014. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 42% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em fevereiro de 2015. Em fevereiro de 2014, essa proporção havia sido de 36%.

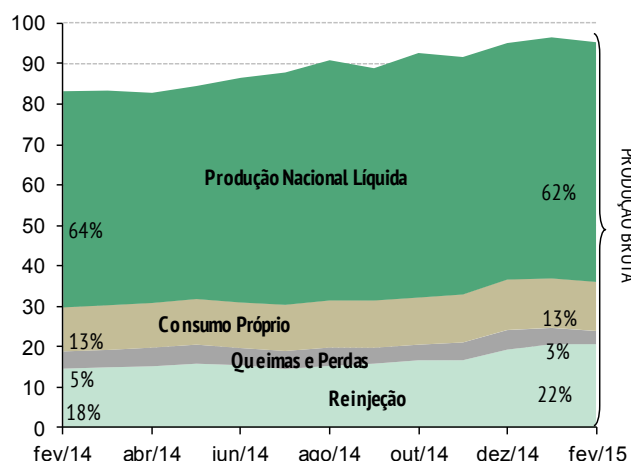
Balço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Fevereiro/2014	Média do período Jan-Fev/2014	Média em Fevereiro/2015	Média do período Jan-Fev/2015
Produção Nacional¹	83.248	81.802	95.357	95.958
- Reinjeção	14.650	14.190	20.734	20.728
- Queimas e Perdas	4.289	4.541	3.263	3.654
- Consumo Próprio	10.924	10.881	12.167	12.208
= Produção Nac. Líquida	53.385	52.190	59.192	59.367
+ Importação	38.548	38.457	63.456	69.126
= Oferta	91.934	90.647	122.649	128.493

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

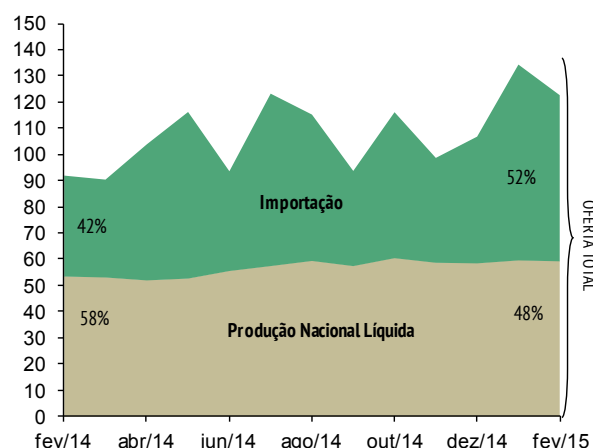
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



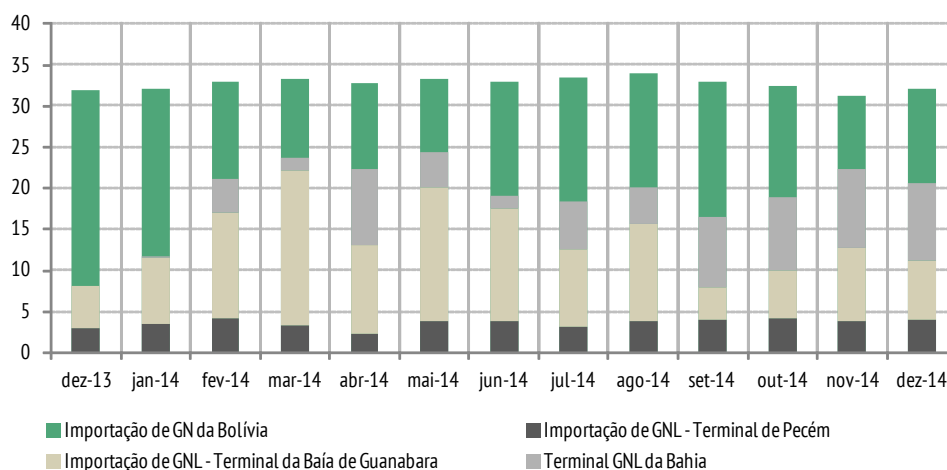
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em dezembro de 2014, foi de 32,2 milhões de m³/dia, volume 0,7% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em dezembro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 20,7 milhões m³/dia, volume 156% superior ao montante observado em dezembro do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em março de 2015 foi, em média, de 81 milhões de m³/dia. Essa média é 9% superior ao volume médio diário consumido em março de 2014. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou um aumento de 14% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em março de 2015, consumiu 28 milhões de m³/dia de gás natural, volume equivalente ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou aumento de 1% ao observado de janeiro a março de 2014.

O setor industrial foi responsável por 35% do consumo de gás natural em março de 2015. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 46% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Março/2015	Jan-Mar/2015	Mar-2015/ Mar-2014	Acumulado no Ano
Industrial	28.480	28.457	0	1
Automotivo	4.892	4.802	-2	-3
Residencial	788	710	0	1
Comercial	765	725	2	1
Geração Elétrica	36.953	35.909	5	18
Co-geração*	2.455	2.355	-3	-5
Outros	6.751	6.965	248	191
Total	81.084	79.922	9	14

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

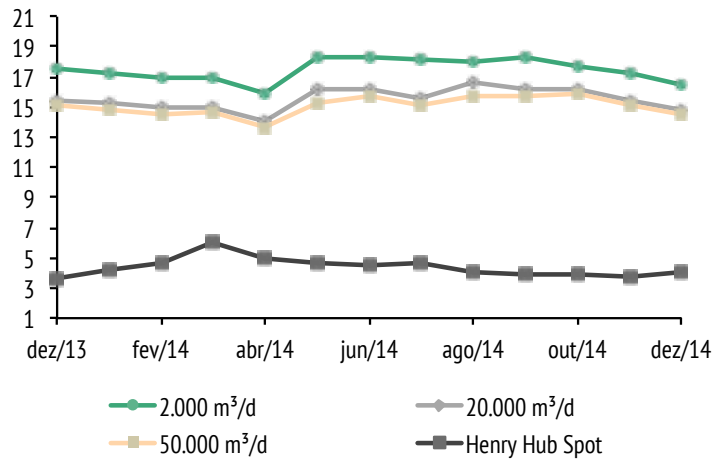
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em dezembro de 2014, foi de US\$ 14,86/MMBTU, esse valor é 6% inferior ao observado em dezembro de 2013 (US\$ 15,81/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em dezembro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,48/MMBTU, valor 18% inferior ao apresentado em dezembro de 2013 (US\$ 4,24/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

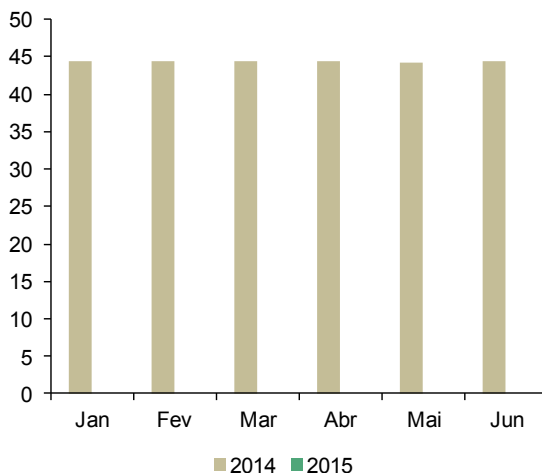
5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço.

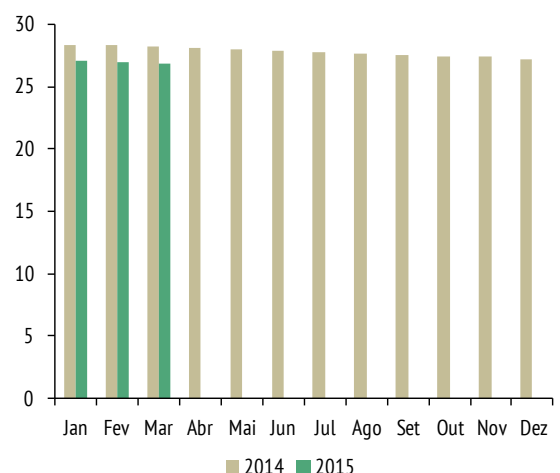
O total de acesso instalados não é atualizado desde junho de 2014 e não teve alteração significativa ao longo do período analisado, permanecendo em 44 milhões de acessos. O total de acesso fixos em serviço alcançou 27 milhões em março de 2015, valor 5% inferior ao registrado em março de 2014.

Acessos Fixos Instalados (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos em Operação (milhões)



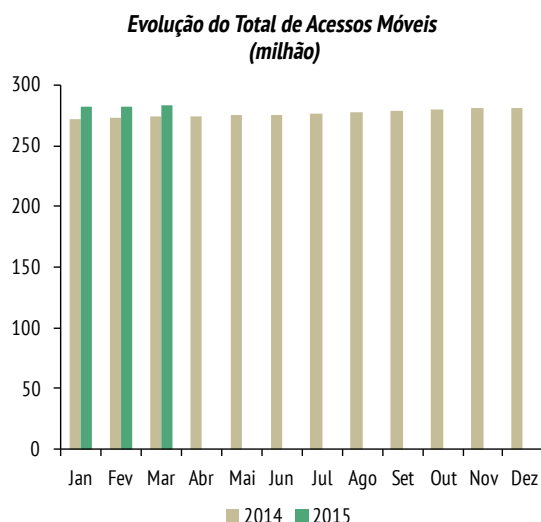
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

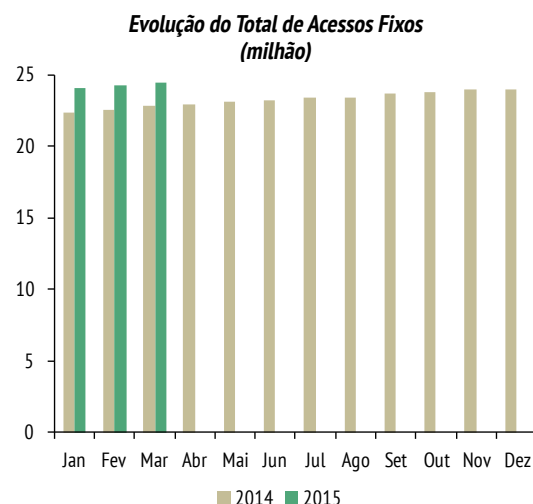
Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Instalada para o período de junho a dezembro 2014. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos via telefonia móvel em março de 2015 foi de 283 milhões, montante 4% superior ao observado no mesmo período de 2014.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 7% se compararmos com os valores de março de 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 24 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 23 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2015, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 2% em relação a março de 2014. A mesma taxa de crescimento foi observada na movimentação de granel líquido e na movimentação de carga geral. Os TUPs representaram 63% da movimentação total de carga nos portos e terminais em março de 2015. A movimentação total nos TUPs foi de 51.522 mil toneladas, volume 4% superior ao observado em março de 2014. Os portos públicos movimentaram 30.182 mil toneladas, volume 1% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

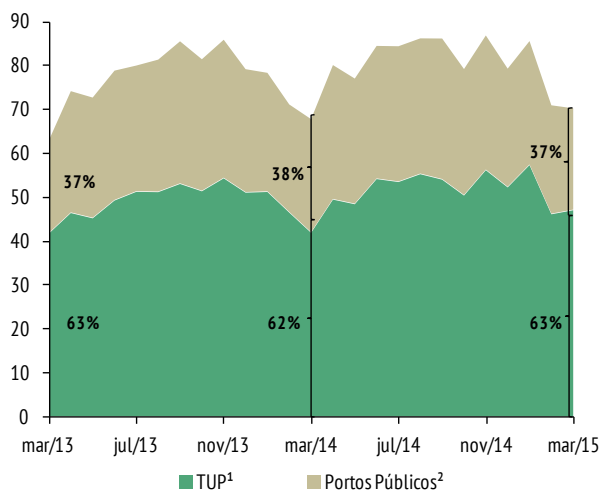
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em março de 2015 foi de 758 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas - por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mar/2015	Mar/2014	Mar-2015 / Mar-2014
Granel Sólido (a)	50.189	49.420	2%
Portos Públicos	17.750	18.906	-6%
TUPs	32.439	30.513	6%
Granel Líquido (b)	19.339	18.925	2%
Portos Públicos	4.740	4.206	13%
TUPs	14.599	14.719	-1%
Carga Geral Solta (c)	12.175	11.880	2%
Portos Públicos	7.692	7.526	2%
TUPs	4.483	4.354	3%
Total (a+b+c)	81.704	80.224	2%
Portos Públicos	30.182	30.639	-1%
TUPs	51.522	49.586	4%

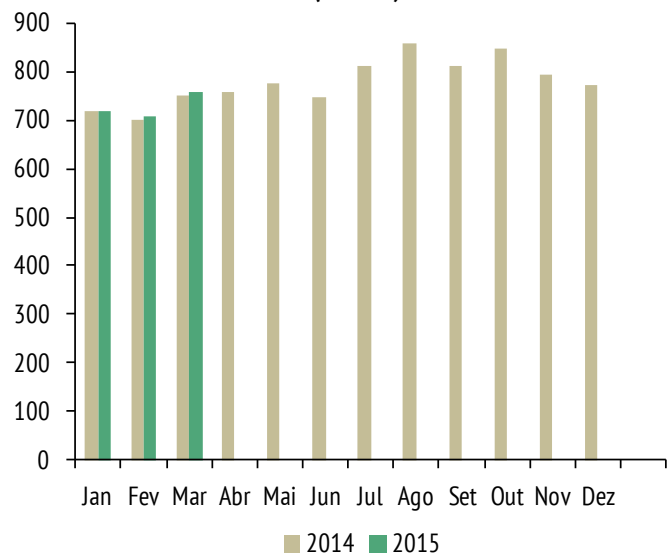
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (96 instalações).
Portos públicos (53 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



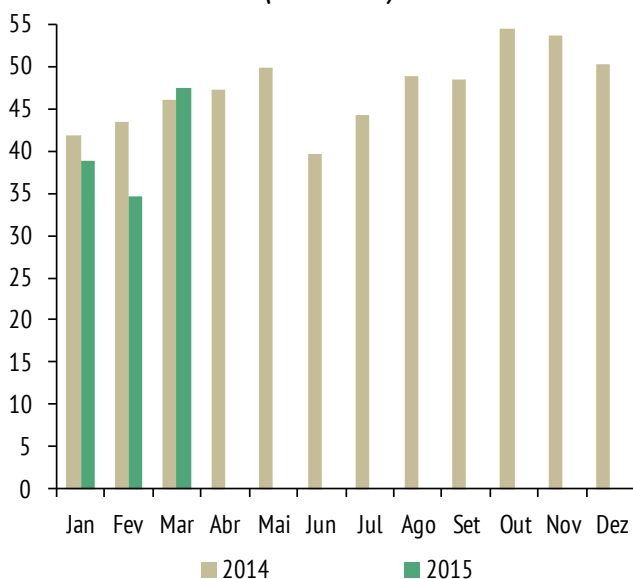
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em março de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 8,4 milhões de passageiros, valor 3% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de março de 2015.

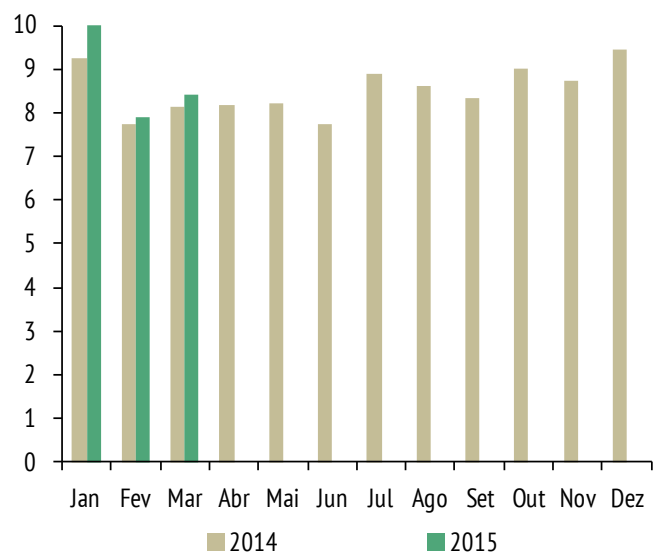
A movimentação de carga aérea total no País em março de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 48 mil toneladas, montante 3% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 67% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em março de 2015, foi de 38 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% superior ao observado no mesmo período de 2014. A movimentação de grãos minerais foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias

(48%), enquanto carvão/coque apresentou a maior retração (-23%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em março de 2015.

No acumulado do ano, o transporte de carga nas ferrovias atingiu 110 milhões de TUs, 5% superior se comparado com março de 2014.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2015	2014	Varição (%)
Mercadoria	Março (mil TU)	Março (mil TU)	Mar-15/ Mar-14
Minério de Ferro	29.251	28.411	3
Soja e Farelo de Soja	3.393	3.326	2
Indústria Siderúrgica	1.284	1.086	18
Carvão/Coque	835	1.081	-23
Produção Agrícola (exceto soja)	779	837	-7
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	762	746	2
Grãos Minerais	583	393	48
Extração Vegetal e Celulose	512	520	-2
Conteiner	319	282	13
Indústria Cimenteira e Construção Civil	248	282	-12
Azubos e Fertilizantes	247	215	15
Cimento	239	244	-2
Carga Geral - Não Contein.	13	10	28
Total	38.465	37.431	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 65 milhões de toneladas, volume 23% superior ao averiguado em março de 2014. As exportações totalizaram 52 milhões de toneladas, 80% do total.

De janeiro a março de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 172 milhões de toneladas, montante 9% superior ao averiguado no ano anterior. O modal marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total no mês de fevereiro.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Varição (%)	
	Mar/2014	Mar/2015	Mar-2015 / Mar-2014	Acumulado do ano
Marítimo	50.345	62.263	24	9
Fluvial	886	1.229	39	37
Aéreo	93	105	13	-5
Ferrovário	31	37	20	-29
Rodoviário	871	924	6	1
Outros*	864	917	6	3
Total	53.090	65.475	23	9

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o BNDES não havia disponibilizado os dados de Desembolsos por setor CNAE. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 9,5 bilhões, valor 3% inferior ao aportado em dezembro de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Dezembro/2013 R\$ milhão	Dezembro/2014 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	2.082	185	-91	2
Energia Elétrica e Gás Natural	5.100	4.425	-13	47
Saneamento	460	349	-24	4
Telecomunicações	405	228	-44	2
Transporte	1.783	4.303	141	45
Aéreo	0	451	261.510	-
Aquaviário	520	29	-94	-
Terrestre	1.263	3.824	203	-
Total Infraestrutura	9.830	9.491	-3	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 2,9 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 102 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2015.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 18,7 bilhões o que representa 57% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2015, foram empenhados, até 30 de abril, R\$ 4,5 bilhões, cerca de 4% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados cerca de R\$ 1 bilhão. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 447 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 11,5 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 18,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2015, foram empenhados cerca de R\$ 1 bilhão (6% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 199 milhões até 30 de abril. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca R\$ 74 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 2,4 bilhões.

Cerca de 76% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 14,2 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 3,1 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 415 milhões) e outros (R\$ 996 milhões). A modalidade portuária apresenta restos a pagar pagos no total de R\$ 8 milhões até dia 30 de abril.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2015, cerca de R\$ 1,9 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 72,1 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2015.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 19% foram pagos até 30 de abril de 2015 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 19% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 84,1 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 33,8 bilhões) e 21% no Ministério dos Transportes (R\$ 17,8 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 5,6 bilhões (7% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 1,4 bilhão até 30 de abril de 2015. Foram pagos R\$ 948 milhões do orçamento de 2015 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 12,4 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 49,3 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.050	4	0	1	0	1	0	133	134	718
MAPA	1.654	3	0	0	0	0	0	98	98	1.138
MCTI	1.265	19	2	3	0	0	0	259	259	747
MDIC	354	1	0	0	0	0	0	13	13	56
MME	172	0	0	0	0	0	0	52	52	50
M. Transportes	18.706	1.063	6	199	1	74	0	2.328	2.402	9.793
M. Comunicações	103	0	0	0	0	0	0	7	7	109
MMA	199	10	5	0	0	0	0	16	16	95
MDA	1.376	0	0	0	0	0	0	95	95	807
M. Defesa	12.918	1.381	11	471	4	130	1	1.443	1.573	3.727
M. Int. Nacional	6.604	182	3	26	0	25	0	1.221	1.246	5.346
M. das Cidades	13.751	221	2	0	0	0	0	1.227	1.227	13.728
Outros**	43.048	1.595	4	305	1	216	1	4.135	4.351	32.250
Total	102.201	4.479	4	1.005	1	447	0	11.025	11.473	68.563

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2015
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2015*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	3.113	323	10	91	3	74	2	264	337	932
Hidroviário	415	0	0	0	0	0	0	35	35	370
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8
Rodoviário	14.181	731	5	108	1	0	0	1.930	1.930	8.040
Outros	996	9	1	1	0	0	0	92	92	444
Total	18.706	1.063	6	199	1	74	0	2.328	2.402	9.793

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2015

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.863	5	1.783	75
União	8.875	96	3.568	5.212

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.705	441	546	9.718
União	72.138	1.329	7.458	63.351

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.



**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	4.681	689	15	689	15	689	15	535	1.224	1.006
M. Planejamento	2	0	11	0	3	0	3	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	42	42	304
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	14	15	0
M. Fazenda	107	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	9.435	5	0	3	0	3	0	866	869	7.946
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	2	3	1
M. Minas e Energia	203	8	4	3	2	3	1	88	91	91
M. Saúde	1.521	104	7	55	4	13	1	296	310	2.637
M. Transportes	17.812	1.183	7	202	1	76	0	2.428	2.504	9.846
M. Comunicações	1.320	0	0	0	0	0	0	0	0	37
M. Cultura	227	18	8	2	1	2	1	44	45	332
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	513	0	0	0	0	0	0	0	0	27
M. Esporte	2.018	0	0	0	0	0	0	211	211	1.255
M. Defesa	6.951	1.091	16	447	6	121	2	671	792	1.665
M. Integr. Nacional	5.140	174	3	24	0	24	0	1.102	1.125	3.624
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	43	43	1.610
M. Desenv. Social	434	1	0	1	0	1	0	83	83	474
M. Cidades	33.757	2.329	7	16	0	16	0	5.924	5.939	18.392
Total	84.122	5.605	7	1.443	2	948	1	12.351	13.299	49.332

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.